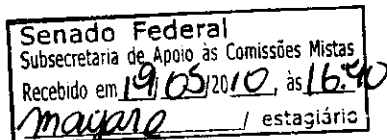




CONGRESSO NACIONAL



MPV-489

00025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

19/05/2010	proposição Medida Provisória n.º 489 de 12/05/2010
------------	---

autor Deputado Silvio Torres	PsDB/SP	n.º do prontuário
---------------------------------	---------	-------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

O Art. 11 da Medida Provisória nº 489, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art.11

Parágrafo único. Todos os processos licitatórios para a aquisição de bens e contratação de obras e serviços previstos no art. 11 deverão ser submetidos previamente à avaliação do Tribunal de Contas da União – TCU, sem prejuízo do acompanhamento, monitoramento, fiscalização e controle que o TCU realiza habitualmente.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2007 quando o Rio de Janeiro foi sede dos Jogos Panamericanos, o Brasil testemunha de uma série de erros e desacertos, principalmente nas contratações e aquisições, que acabaram por elevar em dez vezes mais o custo inicial previsto com o evento.

Na ocasião o Tribunal de Contas da União, por repetidas vezes, alertou as autoridades responsáveis sobre as condutas equivocadas. Infelizmente, reféns da situação em virtude do tempo que se esgotava, a sociedade foi obrigada a arcar com o prejuízo a custas do dinheiro público federal.

Neste sentido, estamos propondo a presente emenda para que, com base na experiência obtida com o Pan, o TCU possa previamente avaliar e todos os processos licitatórios que terão curso para a organização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Deputado Silvio Torres

PARLAMENTAR

